

Movimentos sociais, democracia e direitos no Brasil: 2013-2016.

Maria Da Gloria Gohn.

Cita:

Maria Da Gloria Gohn (2017). *Movimentos sociais, democracia e direitos no Brasil: 2013-2016*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/4244>

Movimentos Sociais, Democracia e Direitos no Brasil: 2013-2016**Maria da Glória Gohn****mgohn@uol.com.br****Profa Titular-UNICAMP e UFABC- Pesquisadora 1 A CNPq****Resumo**

Este trabalho objetiva analisar quatro anos marcantes na conjuntura político, social e econômica da história do Brasil contemporâneo: o período de 2013 e 2016, no que se refere a temática dos direitos dos indivíduos presentes nas grandes manifestações de ruas em São Paulo. Destacam-se as diferenças e semelhanças nos movimentos sociais e manifestações coletivas ocorridos neste período buscando traçar uma linha transversal no que se refere aos diferentes tipos de direitos demandados – antigos e novos. Focalizam-se as redes de ativismo que tem construído as manifestações pesquisando-se: quais são os sujeitos na cena pública, as formas de organização, os repertórios de ação social e política, as estratégias de mobilização, e as demandas. As duas questões principais norteadoras do trabalho são: qual a capacidade das diferentes redes sociais em ação de levar adiante projetos que tenham como fundamento os direitos humanos e qual a capacidade destes atores de impactarem as políticas públicas.

Palavras Chaves: Movimentos Sociais-Protestos- Direitos e Democracia**Key Words:** Social Movements, Demands - Rights and Democracy

Apresentação

Este trabalho aborda o ciclo de manifestações nas ruas entre junho de 2013 a junho de 2017 em São Paulo. Inicialmente propusemos datar o *paper* até o final de 2016. Entretanto, vários fatos ocorridos em 2017 levaram-nos a identificar um novo momento no ciclo de manifestações nas ruas e por isso ampliamos o período da investigação até junho de 2017. A pesquisa busca identificar: os grupos e movimentos que estiveram em cena, seus repertórios de demandas, formas de expressão no espaço público, formas utilizadas para se organizarem, a cultura política que os embasavam e a concepção de cidadania presente. No período em estudo, afirmamos que houve um novo ciclo de protestos políticos no campo do associativismo civil. Neste trabalho utilizamos a noção

‘ciclo político’, para nos referir de forma mais abrangente a conjuntura político-social do país (Vide Tilly, McAdam e Tarrow, 2001). Nesse sentido, entre 2013 a 2017, no âmbito do governo federal, encerra-se um ciclo político, dos governos Lula e Dilma, e inicia-se outro ciclo político, com políticas de reformas e desregulamentação de direitos sociais, especialmente trabalhistas e previdenciários. Um ciclo político não é homogêneo, ao contrário, apresenta diferenças e grandes contrastes. Dentro do ciclo há vários campos: o popular, o socialista, o autonomista, o anarquista, o neoliberal etc. Por isso subdividimos o período deste estudo em quatro momentos específicos, a saber: 2013; 2014; 2015-2016; e 2017

Foram selecionados coletivos e movimentos sociais, por nós classificados em três grupos distintos, a saber: clássicos, novos e novíssimos. Os *clássicos* abarcam os sindicatos, sem-terra, estudantes, movimentos populares/comunitários de bairros, sem teto, etc. Os *novos* abrangem os movimentos de luta por direitos, identidades etc. criados a partir do final da década de 1970 (gênero, geracionais, étnicos, ambientalistas etc.); e os *novíssimos* abrangem movimentos da atualidade, a maioria criados ou ‘afirmados’ na cena pública na década corrente, de 2010, a exemplo do Movimento Passe Livre (MPL) e do Movimento dos secundaristas, de um lado; e de outro, o Vem Pra Rua (VPR) e Movimento Brasil Livre (MBL). Demarca-se as diferenças entre as correntes político ideológica e cultural que eles representam.

As manifestações têm nos demonstrado também que democracia é um processo em permanente construção, não algo dado ou encerrado, na letra de uma Carta Magna ou no processo periódico de ida às urnas. A multidão, que aderiu sair às ruas, foi às manifestações como forma de pressionar por mudanças. Trata-se de um processo histórico-cultural, sempre datado.

Junho de 2013 a Junho 2017- Um Novo Ciclo de Protestos

Para entender o caso brasileiro atual faz-se necessário retomarmos um marco: as manifestações de junho de 2013 porque elas construíram significados novos às lutas sociais e iniciaram um novo ciclo no campo das mobilizações da sociedade civil. Elas afetaram o campo da política e a correlação das forças político-partidárias foi tensionada. A democracia ampliou-se e abrigou grupos e movimentos com outros repertórios, linguagens e *performances*, diferentes dos usuais nas ruas até então, onde se observava a hegemonia de movimentos clássicos (sindicatos, lutas pela terra, moradia) ou bandeiras dos ‘novos’ movimentos advindos da década de 1980 (com demanda identitárias de gênero, raça, sexual, faixa etária, ou ambientalistas). Novíssimos movimentos sociais

ganharam os holofotes da em junho de 2013, com demandas e propostas na área da mobilidade urbana que ultrapassavam o local e remetiam para outras formas de gestão da coisa pública. Os jovens autonomistas entram em cena.

As mobilizações de 2013 plantaram as sementes, atiçaram o desejo por outros modos de vida e valores na sociedade. As transformações foram político-culturais no sentido de criar novos valores e pontos de vista nos participantes e na sociedade em geral. Um dos grandes legados de junho de 2013 foi a legitimação do protesto social nas ruas como forma de busca por mudanças conjunturais. Eram protestos que também negaram a política partidária, a forma como ela é praticada no país, mas não se definiram como apartidários. Mas eles plantaram e difundiram a semente da não política como um valor, e uma nova cultura política formou-se a partir deste valor. Contudo, em curto prazo, estas transformações geraram novos enunciados e novos grupos surgiram, introduziram novidades na *performance* dos protestos, com outros focos e alvos em suas ações, trabalhando o repertório da não política, contra a corrupção. Grupos conservadores, reacionários, liberais e um leque de diversas modalidades do anarquismo ganharam espaço nas convocações via redes sociais para atos de protestos nas ruas. Diferentes mídias tiveram papel importante no processo, não apenas para divulgar os protestos e suas agendas, mas também para construir internamente as manifestações.

A partir de 2014 fica mais claro o leque das tendências político-ideológicas nas ruas, com a criação de novas organizações movimentalistas, de tendências neoliberais, o controle da pressão das ruas passou a fazer parte do processo de disputa por espaço junto à opinião pública. Estes grupos/organizações criaram uma Aliança composta de cerca de 30 entidades diferentes destacando-se o Vem Pra Rua, o MBL-Movimento Brasil Livre, Nas Ruas (conservadores) e os Revoltados On Line (reacionários).

As experiências anteriores dos movimentos sociais (tanto dos clássicos como dos novos), eram associadas às lutas pela emancipação e a soberania popular. Já a experiência recente dos novíssimos que emergiram entre 2013-2016- tem dois eixos. Um remete ao referencial autonomista, anarquista anticapitalista de âmbito internacional, opondo-se à todas as formas burocráticas, hierarquizadas e centralizadas e assumindo um caráter de recusa à institucionalidade e valorização dos processos e práticas coletivas. Valorizam a experiência, a autonomia e a ação direta. O outro, introduziu novidades na *performance* dos protestos, com outros focos e alvos em suas ações, trabalhando o repertório da não política, contra a corrupção, assim como reforçando teses liberais antiestatais na economia, preconizando a atuação conservadora do estado no plano da moral (família,

educação, aborto, drogas, casamento etc.), tudo de maneira contraditória.

Em 2015 a multidão retorna às ruas. Muda o foco da demanda principal—não é mais a mobilidade urbana, mas o governo federal, pauta-se o impeachment como meta. A população aderiu a um grande número das convocações transformando as ruas, praças e avenidas não só em territórios de cidadania, mas também de avaliação pública de políticos, governos e partidos.

Ser contra ou a favor do impeachment era demarcado não apenas pelo rol do repertório de demandas mas também pelo estilo das manifestações, cor das roupas, bandeiras, banners, etc. Esses fatos, aliados à conjuntura de crise econômica e política, criaram condições e oportunidades políticas favoráveis o fortalecimento das organizações movimentalistas, estruturadas com racionalidade de uma empresa, com os quais convocam a população em momentos estratégicos, mas sem amplas bases militantes organizadas. São ativistas de causas e legitimaram discursos e práticas sobre a prioridade da ordem e da eficiência econômica — no plano do Poder Executivo central; e o protagonismo de posições conservadoras no Poder Legislativo.

Os movimentos sociais clássicos e os antigos “novos” movimentos sociais se uniram em 2015, formando “frentes” para retomar as ruas como espaço de protesto, após perderem a hegemonia destes territórios para as contracorrentes criadas a partir de 2014. Cerca de 100 movimentos, sindicatos e organizações civis formam as duas frentes: Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo.

Ao mesmo tempo a mídia cotidiana registrava que as esperanças da sociedade civil por liberdade, direitos, justiça, igualdade e cidadania democrática deslocam-se para o Poder Judiciário, no qual se travam batalhas e se decide sobre rumos e significados de ações e pessoas na esfera pública. Esse Poder passa a ter o papel de um novo sujeito histórico, seus atos têm grande visibilidade e a legitimidade da maioria da população, sendo a operação Lava Jato seu símbolo máximo.

A partir do impeachment, em agosto de 2016, as manifestações convocadas pelas organizações movimentalistas praticamente desaparecem (as poucas que ocorreram demandaram a defesa da operação Lava Jato e tiveram pouco público). Crescem contracorrentes à nova ordem institucional vigente e os movimentos clássicos voltam as ruas onde as pautas das manifestações focam o “Fora Temer”, contra às reformas (trabalho, previdência, ensino médio etc.), contra corte de gastos públicos, eliminação de ministérios, contra projetos de lei como a Escola Sem Partido, reforma do ensino médio etc. A maioria dos atos atraiu o público usual de seus adeptos.

Deve registrar também que, entre 2015-2016, ocorre paralelamente às manifestações a favor e contra o impeachment, a irrupção de lutas na área da educação básica, especialmente no ensino médio da rede pública, configurando um campo de renovação do movimento dos estudantes e dos jovens em geral. Aparentemente separadas das megamanifestações, este *paper* demonstra que as atuais lutas pela educação têm conexões tanto com os jovens ‘românticos’ de 2013 (vínculos de apoio direto durante as ocupações como na própria origem do MPL, em 2003, em Salvador, na Revolta do Buzu, ocorrida a partir de protestos de estudantes do ensino médio), vínculos entre ativistas do Passe Livre que traduziram para o português a cartilha chilena das ocupações de escolas etc., como há conexões entre propostas de alguns dos ‘novíssimos’, como o MBL com o Projeto da Escola sem Partido. A luta no campo da educação também levou às manifestações, mas não tiveram a mesma acolhida e adesão da população como as manifestações pelo *impeachment*, contra a corrupção etc. Este tipo de movimento e suas demandas diz respeito a valores que remetem ao campo dos direitos, para se pensar uma nova geração de direitos. São aprendizagens e ensinamentos.

Em 2017 ocorrem novas alterações no cenário das ruas. O avanço das reformas no Congresso Nacional levou a reativação das lutas sindicais, com manifestações contínuas, com apoio de movimentos sociais, organizados nas frentes acima citadas, e a convocação de uma greve geral no dia 29 de abril, que se não levou grandes multidões para as ruas, de fato conseguiu paralisar as atividades de muitos setores, inclusive o da educação básica. As denúncias envolvendo o presidente Temer que vieram à tona via mídia no dia 17 de maio, criam novidades na cena das manifestações nas ruas. Diante da perplexidade da opinião pública frente aos áudios e vídeos apresentados exaustivamente pela TV, contribuíram para o ensaio de um ato de protesto conjunto, com várias correntes e contracorrentes, no dia 21 de maio, em várias cidades brasileiras. Mas foi só um ensaio, de fato os atos foram convocados e administrados pela Frente Brasil Popular e pela Frente Povo Sem medo, e tiveram baixa adesão popular. O ato que já estava marcado para o dia 24 de maio, em Brasília, contra as reformas, Trabalhista e da Previdência, transformou-se em ato contra o governo Temer, teve maior repercussão. A grande adesão dos setores afiliados à CUT, partidos de oposição, movimentos sociais populares etc. levaram 500 ônibus à Brasília e se transformou, ao final do dia, em uma batalha campal frente a Esplanada dos Ministérios, com a volta da atuação dos Black Blocs, feridos e a Força Nacional de Segurança nas ruas, convocadas pelo Palácio do Planalto. Vidros quebrados, incêndios, feridos e destruição do patrimônio público foi o saldo final. A partir daí a

reivindicação por eleições Diretas (e não de eleições indiretas, pelo congresso, na eventual saída do presidente.) passou a ser a tônica das Frentes de oposição. Mudou também o estilo dos atos. Ao invés de nova passeata ou concentração de protesto, a área da cultura foi acionada. Um grande show/mício ao ar livre, na Praia de Copacabana no Rio, no dia 28 de maio, com artistas da MPB de renome e um outro show/comício, no dia 4 de junho, em São Paulo, no Largo da Batata, em Pinheiros, com artistas mais populares do rap, etc. demarcaram atos que demandaram Diretas Já, e não apenas em 2018.

Em dia 5 de junho de 2017, em reunião realizada em Brasília naCNTC (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comercio) Brasília, cerca de 55 entidades de diferentes setores da sociedade civil anunciaram "Frente Ampla Nacional pelas Diretas Já", com três metas/slogan de campanha: "Fora Temer! ", "Diretas Já" e "Contra as Reformas antipopulares, nenhum direito a menos". Uma agenda de eventos foi também anunciada.

Em 8 de Junho – ocorreu o lançamento da Frente Parlamentar Suprapartidária pelas Diretas - na Camara dos deputados A Frente Brasil Popular elabora um Plano de Emergência ao país pedindo a antecipação das eleições diretas para 2017.

Durante as manifestações de 30 de junho de 2017 contra a reforma trabalhista e previdenciária do governo federal, conclamada como greve geral, o espaço público de ruas e estradas foram utilizados como lócus das manifestações e o número de participantes e impacto sobre a vida da cidade, os termômetros básicos de avaliação. Entretanto, apesar dos protestos de 30 de junho terem sido realizados em um grande número de cidades, ele teve adesão apenas de militantes dos sindicatos e movimentos que os convocaram. A multidão não aderiu, houve divisão entre as centrais sindicais; em São Paulo, a categoria dos transportes- espinha dorsal para qualquer paralização de vulto, não aderiu à greve. Os Black blocs voltaram à cena no Rio e em São Paulo. O silêncio da multidão que saiu às ruas em 2015-2016 pode ser explicado por um misto de sentimentos de desilusão, descrença e ou abandono do interesse no coletivo, com uma introspeção nos interesses individuais.

Para finalizar este texto que destaca o papel das ruas nas manifestações e protestos no Brasil dos últimos anos, trazemos algumas citações enunciadas em junho de 2017 por diferentes agentes públicos as quais denotam o papel e o lugar que as ruas passaram a ter na cena brasileira, a saber: (Todos os grifos são meus)

Em sessão do final do 1º semestre de 2017 do STF a ministra Cármen Lúcia, segundo site do UOL, disse que não irá ignorar o **clamor por justiça das ruas**, dizendo, após defesa do Poder Judiciário: "o clamor por Justiça que hoje se houve em todos os cantos do país não será ignorado em qualquer em qualquer decisão desta casa".(<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/06/30/o-clamor-por-justica-que-ecoa-pelo-pais-nao-sera-ignorado-por-essa-casa-diz-carmen-lucia-no-stf.htm>).

Na ocasião da greve de 30 de junho, acima citada, inúmeras convocações à população utilizaram ‘a rua’ como uma grande força política. Um vereador carioca clamou ao povo para que “ **tome as ruas desse país**”, em manifestações pelo ‘Fora Temer’. A FASE, entidade histórica no campo de atuação da educação popular também declarou: “Defendemos que as manifestações populares demonstrem a vontade dos povos em definir os rumos do país. Estamos atentos aos riscos de **que a energia das ruas** seja resumida ou mesmo convertida a um debate eleitoral”. E a Avaaz, uma rede de campanhas global no campo de diferentes direitos, convocou a população para ir às ruas contra Temer com o seguinte texto: “ **Quando o poder popular toma as ruas, maravilhas acontecem** -- nossa comunidade ajudou a quebrar recordes mundiais marchando contra as mudanças climáticas em várias cidades do mundo. E agora podemos trazer essa energia de volta para tirar esse governo corrupto do poder” (Avaaz.org, 29/06/2017). O poder das ruas também está presente, enquanto espaço público, nos grupos de estudo e pesquisa sobre as cidades. O Observatório das Metrópoles elaborou em 2017 um caderno de formação em Políticas Públicas e Direito à Cidade” onde o Direito à Cidade é entendido como “direito coletivo no qual todas as pessoas possam usufruir da cidade e ter seus direitos fundamentais assegurados; e também um direito coletivo de recriar a cidade de forma participativa”. Ou seja, trata-se do direito de uso cotidiano da vida na cidade; o usufruto e a recriação de seus espaços públicos está sendo reivindicado.

A ‘Greve Geral’ convocada por centrais sindicais do país para 30 de junho encerra este tortuoso e enigmático período de quatro anos, analisado neste artigo, com aceno de um ‘Ocupa Brasília’, por parte de centrais sindicais, e o silêncio enigmático das organizações movimentalistas que convocaram atos em 2015-2016, que atraíram multidões às ruas.

Considerações Finais

O novo ciclo de movimentos, mobilizações e manifestações da população brasileira a partir de 2013 amplificou o papel das ruas no processo político democrático. A voz das ruas tornou-se importante instrumento de avaliação e pressão na política e de políticos. Essa amplificação foi multidirecional-de um lado, grupos e movimentos clamando por cidadania, novos direitos e um outro modo de operar as políticas públicas. Um Estado eficiente. De outro, as ruas se tornaram também locus de manifestação e expressão de novos grupos sociais, de tendências conservadoras, que usam as ruas como mecanismos e estruturas de oportunidades políticas para se consolidarem. A nomenclatura de seus nomes já inclui as ruas: “Vem Pró Rua”, “Nas Ruas” etc.

A análise geral dos dados levou-nos a observar que há quatro momentos distintos nas manifestações entre 2013-2017. Houve alterações significativas entre: os atores/sujeitos sociopolíticos, os repertórios, as correntes político-ideológicas e a cultura política vigente. Estes momentos apresentam várias novidades tais como: as ruas se transformam em territórios de cidadania, mas também de avaliação pública dos políticos, governos e partidos; criam-se novas práticas de agir via recursos tecnológicos *on-line* *Line* em 2013, que se ampliam em 2014 e se transformam na principal ferramenta de mobilização e organização de movimentos, trazendo à tona outras correntes políticas no campo dos novíssimos, correntes liberais. Os movimentos sociais clássicos e os antigos ‘novos’ movimentos sociais se unem, formando ‘frentes’, para retomar as ruas como espaço de protesto, após perderem a hegemonia destes territórios para as contracorrentes criadas a partir de 2014.

A ação dos novíssimos movimentos é construída com recursos advindos da cultura, especialmente as advindas do novo mundo digital. Diferentes mídias tiveram papel importante no processo, não apenas para divulgar os protestos e suas agendas, mas também para construir internamente as manifestações. Os recursos tecnológicos midiáticos foram utilizados para organizar e convocar grupos, fazer *pages*, elaborar ferramentas que gerassem novos instrumentos, organizar grupos de apoio e pressão em diferentes cidades. Normas, princípios, ideologia etc. promovem o alinhamento entre as práticas, os líderes e as organizações/movimento. A cultura digital vigente estimulou novas formas de socialização e pertencimento e corroborou para a construção das novas culturas política que giram ao redor de valores tanto progressistas como conservadores.

Uma das conclusões desta pesquisa é a de que as manifestações e protestos, ao focalizarem a política, determinados políticos e gestores públicos e a má qualidade do serviço público revelaram diferentes modelos de movimentos sociais na atualidade com, identidades, propostas e perfis político-ideológico distintos, formando um leque diversificado de correntes e contracorrentes. A multidão que saiu às ruas estava motivada por forças do protesto e da indignação. Mas esta saída não é espontânea. Há grupos e organizações que atuam como instrumentos de articulação, os quais têm, por detrás-normas, princípios, ideologia que constroem nova cultura política na luta por novos direitos e novas formas de expressão da cidadania.

Finalizando, o recuo das manifestações em 2017 não é indicativo de que o novo ciclo inaugurado em 2013 está encerrado. Talvez esteja-se desenhando uma nova etapa. Tarrow (1994) afirma que os ciclos de mobilizações são pendulares, os conflitos não desaparecem quando os manifestantes saem de cena das ruas, novas etapas podem estar se iniciando.

Ao encerrarmos este texto sobre o tema das manifestações nas ruas não podemos nos esquecer de registrar que as ruas, praças e avenidas são espaços públicos/memórias e elas têm se constituído nas últimas décadas, em diferentes partes do mundo, locais não somente de protestos, mas também de manifestação de diferentes formas de ativismo, indicativos da busca de outras formas de expressão humana, contestando os modos e formas de vida da sociedade e dos poderes públicos atuais. A longa citação a seguir, de artigo de Di Giovanni, exemplifica este nosso registro:

“a emergência do termo ativismo, como categoria analítica, marca um interesse, político e teórico, em formas de ação coletiva cujo efeito e possíveis interpretações não se esgotam na taxonomia da provável orientação ideológica dos participantes, nem na possível funcionalidade que possam cumprir no jogos político-eleitorais e midiáticos das democracias representativas, cuja explicação não termina na identificação dos fatores contextuais, históricos ou socioeconômicos que fomentaram sua erupção. Por um lado trata-se de formas histórica e simbolicamente associadas ao ativismo, ao protesto, a irrupção de processos coletivos de auto-organização, denúncia e reivindicação de direitos, acirrados em momentos de crise econômica e social, que mesmo quando relativamente autônomos em relação às estruturas organizativas e instituições precedentes (partidos, sindicatos, movimentos setoriais), mobilizam recursos e repertórios próprios do campo de relações que nos acostumamos a chamar de política. Ao mesmo tempo, trata-se de experiências coletivas mal contidas pelas fronteiras

convencionais da política em sentido estrito, formas de dissenso e reivindicação que mais se aproximam à dimensão cotidiana dos “modos de vida” e “contraculturas” do que das estruturas programáticas e ideológicas que o senso comum atribui aos movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que habitam o universo da ação e da organização política, trata-se de modos de intervenção notavelmente ligados a práticas experimentais próprias dos mundos da arte..” (Di Giovanni, 2015, p.13)

Referências

DI GIOVANNI, Julia Ruiz « Artes de abrir espaço. Apontamentos para a análise de práticas em trânsito entre arte e ativismo », *Cadernos de Arte e Antropologia*, Vol. 4, No 2 | -1, 13-27.2015.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. São Paulo, Zahar, 2013

DIANI, Mário. “The concept of social movement”. *Sociological Review*, Keele, UK, n. 40, 1992.

DIANI, Mario e BISON Ivano Organizações, coalizões e movimentos in ABERS, Rebecca e von BULOW, Marisa (Orgs). Dossiê: Movimentos sociais e ação coletiva. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no 3, Brasília, jan-julho 2010.p 219-249

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e Protestos no Brasil na Atualidade: Correntes e contracorrentes*. SP. Cortez Ed. 2017.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo*. 2ª ed Petrópolis, Vozes, 2015

GOHN, Maria da Glória. *Sociologia dos Movimentos Sociais*. 2ª ed São Paulo, Cortez Ed. 2014

-HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

TARROW, Sidney: *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*, Cambridge University Press, Cambridge, 1994.

TOLEDO, Diego. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/03/o-que-o-movimento-passe-livre-deixou-de-heranca-4-anos-apos-as-jornadas-de-junho.htm>)

TILLY, Charles; TARROW, Sidney e McADAM, Doug. *Dynamics of contention*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001

_____ *Identities, Boundaries, and Social Ties*. Boulder, CO/Londres. Paradigm
Publ.2005